

# A introdução do Treinamento Físico Militar no Exército Brasileiro pela Missão Militar Francesa

*Mauro B. G. Secco\**

## Antecedentes históricos

A organização da Força Terrestre brasileira nos períodos Colonial e Imperial, para cumprir suas missões ao longo de todo o século XVII e até o final do século XIX, seguiu o modelo do Exército Português, em três linhas: 1<sup>a</sup> linha – Tropas Pagas, 2<sup>a</sup> linha – Tropas Auxiliares (designadas “milícias” a partir do final do século XVIII) e 3<sup>a</sup> linha – Ordenanças (WEHLING, 1994). Apesar de se verificar que, sob a liderança de D. Afonso Henriques, “O Conquistador” (1109-1185), a capacidade física e moral demonstrada pelos portugueses, para conquistar território aos mouros instalados na Península Ibérica e tornar o país independente, baseava-se em uma preparação física com exercícios específicos, entre os quais a esgrima, a equitação e a caça, para que pudessem fazer face às exigências físicas a que estavam sujeitos durante as batalhas (MARTINS PINTO, 2013), e que foi mantida até o século XVIII, esta condição não foi sistematizada no Exército do Brasil Colônia.

Na Europa, somente a partir do final do século XVIII, a preparação física adequada do soldado começou a tomar forma, quando, sob a inspiração das ideias iluministas da época, estavam em pleno desenvolvimento vários métodos ginásticos e de preparação física, com destaque para aqueles que viriam a influenciar diretamente o treinamento físico do soldado brasileiro: Pehr Henrik Ling (1776-1839), considerado precursor da Educação Física Moderna, criou o Método Sueco de Ginástica, dividida em Pedagógica, Médica, Militar e Estética; e Friedrich Ludwig Christoph Jahn (1778-1852), que foi o criador do Método Alemão de Ginástica (Gimnastik), a “ginástica patriótica”, também com aplicações militares (SIGOLI e DE ROSE, 2004, in NOBREGA & SECCO, 2016).

A partir de 1817, com a chegada ao Brasil da imperatriz Leopoldina, arquiduquesa da Áustria, acompanhada de sua guarda pessoal, formada por um pequeno grupo de soldados austríacos, praticantes de exercícios de Gymnastica, os soldados brasileiros passaram gradativamente a adotá-los, entretanto, sem

\* Cel Art R/1 (AMAN/80, EsAO/91), instrutor de Educação Física (EsEFEx/85), pós-graduado em Psicologia Desportiva (UGF/89) e em Ciência do Treinamento Desportivo de Alto Rendimento (UGF/90), assessor de Ensino, Pesquisa, Desporto e Gestão do Centro de Capacitação Física do Exército e Fortaleza de São João e gestor do Legado Olímpico. ([maurosecco@yahoo.com.br](mailto:maurosecco@yahoo.com.br))

qualquer normatização.

Ainda no século XIX, foram inseridas nos currículos dos cursos de formação de oficiais noções de preparação física, como descrito no Decreto nº 25, de 14 de janeiro de 1839, que dava nova organização à Academia Militar. Em seu Art. 2º, estabelecia no “Curso de Infantaria e Cavalaria” as matérias de “Equitação e Esgrima a pé e a cavalo”.

Observa-se também uma influência direta na adoção do Método Alemão de Ginástica nas escolas militares, a partir da contratação, em 1851, pelo Governo Imperial Brasileiro, da Legião Prussiana (os Brummer), para a campanha contra Oribé e Rosas na bacia Cisplatina.

Com a criação da Escola de Aplicação do Exército, em 1855, na Fortaleza de São João, como parte da Escola Militar para a instrução prática de Infantaria e Artilharia, surgem os exercícios práticos curriculares, como a natação, a esgrima, as marchas e o ataque e defesa.

O ano de 1858 foi marcado por uma grande reforma das escolas militares, com o estabelecimento oficial de aulas de esgrima, natação e equitação nos cursos de Infantaria e Cavalaria. MARINHO (1943), na sua obra

*Contribuição para a história da Educação Física no Brasil: Brasil Colônia – Brasil Império – Brasil República*, faz referência a estas atividades:

Na Escola Militar da Praia Vermelha [...] a ginástica alemã já era praticada, assim como esgrima de baioneta, de sabre, florete e espada, canoagem, pesca, equitação, além de escaladas em elevações como o Pão de Açúcar e Morro da Urca. (Marinho, 1943, p.50)

A Guerra da Tríplice Aliança (1864-1870), maior conflito armado do hemisfério sul, revelou a necessidade de reorganização do Exército, fruto do despreparo das tropas brasileiras, particularmente nos aspectos físicos e higiênicos. No ano seguinte à deflagração do conflito, um novo estabelecimento de ensino foi criado para a formação de praças, o Depósito de Aprendizes Artilheiros (BRASIL, 1865), sendo instalado na Fortaleza de São João, onde José Ferreira da Costa assumiu o cargo de instrutor de ginástica, e tendo como matérias obrigatórias a esgrima, a ginástica e a natação.

No campo científico, surge, em 1867, uma das primeiras publicações sobre a condi-



Figura 1 – Fortaleza de São João, séc. XIX

Fonte: Brasiliana Fotográfica, acervo da Biblioteca Nacional, foto de Juan Gutierrez

ção física do soldado brasileiro, o livro *Estudos hygienicos sobre a educação physica, intellectual e moral do soldado: escolha do pessoal para a boa organização do nosso Exército*, de Eduardo Augusto Pereira de Abreu (1833-1892), médico militar que participou daquele conflito. Suas observações são consideradas no meio acadêmico como os primeiros estudos biofisiológicos da atividade física, com destaque para a influência do físico sobre o moral e a necessidade da colaboração médico-instrutor.

Referenciando o Método Francês de preparação física da tropa, ABREU indicou a classificação dos exercícios em elementares e de aplicação. Inezil Penna Marinho (1943) destacou o trabalho como notável e o autor como “avançado meio século em relação à época em que viveu”.

Dedicado ao conde d'Eu, que dirigiu as forças brasileiras na etapa final da Guerra do Paraguai, o livro foi escrito no auge do conflito, quando as elites médicas e políticas debatiam o perfil que deveria ter o soldado enviado às frentes de batalha. (in **Fabrican-**

**do o soldado, forjando o cidadão:** o doutor Eduardo Augusto Pereira de Abreu, a Guerra do Paraguai e a Educação Física no Brasil) (SILVA & MELO, 2011)

Até o início do século XX, a influência predominante do treinamento físico no Exército era a da Ginástica Alemã. Em 1912, os “Jovens Turcos” — oficiais egredos de estágio na Alemanha — lançam uma campanha renovadora do Exército e fundam a revista A Defesa Nacional, que passou a divulgar as ideias de modernização do Exército.

O primeiro órgão de fomento à atividade físico-desportiva criado no Exército foi a Liga Militar de Foot-ball (LMF), de 1915 (SOEIRO, 2003 e CANCELLA e MATARUNA, 2012 b). Instituída inicialmente para desenvolver a prática do futebol no meio militar, teve seu escopo ampliado em 1920, pela transformação em Liga de Sports do Exército (LSE), com a finalidade de promover o desenvolvimento físico através do desporto. Um grande impulso foi dado a partir desse ato, com a realização de várias competições esportivas, de diversas modalidades, no Distrito Federal e outras sedes, ao longo dos anos subsequentes.

No ano de 1918, o Estado-Maior do Exército nomeou, pela primeira vez, os oficiais instrutores da Escola Militar, conhecida como “Missão Indígena”, para reestruturar o ensino militar no Exército, com base nos ensinamentos alemães. Dentre eles, o Ten Newton de Andrade Cavalcanti, ciente do Método Francês, liderou um movimento pela nacionalidade dos desportos e a regeneração da cultura



Figura 2 – Ginástica Militar na École Normale Militaire de Gymnastique et d'Escrime de Joinville-le-Pont (1852-1939)

Fonte: Gallica, acervo da Biblioteca Nacional da França



Exercícios de Relaxamento



Exercícios Abdominais



Passagem no Pôrtico

Figura 3 – Ginástica Militar Francesa no séc. XIX, cartões postais antigos  
Fonte: //picclick.fr (ecole normale militaire de gym)

física em todo o território nacional, focada na sistematização da Educação Física nos meios militar e civil. Fundou a União Atlética da Escola Militar e difundiu o manifesto da Cruzada Física, ações que precederam a criação da futura Escola de Educação Física do Exército:

Devendo operar-se agora, por todo o território brasileiro, a nacionalização dos desportos e a regeneração da cultura física, a União Atlética da Escola Militar, contribuindo para obra grandiosa que surge no seio dos moços, com a ideia da pátria e que se estende na vastidão da nossa terra com a força e a impetuosidade do civismo, lançam um “apelo” significativo em todos os sentidos e para todas as classes sociais, solicitando o apoio dos mestres e da juventude para que, seguindo aqueles a orienta-

ção medida dos que apregoam e difundem a cultura física, estes e executando os sábios exemplos de métodos concisos e exatos, tenhamos em breve, assinalados e compensados, todos esforços feitos que nos mostrarão, mais tarde, a atividade e a força, a energia e a beleza da nossa raça. Queremos que, ao mesmo tempo, na vastidão brasileira, em todos os recantos, se lancem os alicerces graníticos desta cruzada e se convertam os músculos doentes e abatidos num estímulo morto, na vontade e na ação por uma conquista que enaltece e fortifica as almas.

O desfecho da Primeira Guerra Mundial, favorável à França e aliados, propiciou a contratação da Missão Militar Francesa no Brasil. Apesar da existência daquelas ações anteriores já citadas, o treinamento físico dos militares no Exército Brasileiro somente foi

---

sistematizado, normatizado e regulamentado no século XX, com a influência direta da Missão Militar Francesa, particularmente da Escola Normal Militar de Ginástica e de Esgrima de Joinville-le-Pont.

A maior influência na Educação Física nacional, que serviu de modelo para a difusão pelo País, a partir do Exército Brasileiro, foi do Método Francês, de 1830, desenvolvido pelo coronel Francisco Amorós e Ondeano, na Escola Normal Militar de Ginástica e Esgrima de Joinville-le-Pont (1852-1940). (NOBREGA & SECCO, 2016)

Em 1921, sob a orientação da Missão Militar Francesa, foi aprovado pelo presidente Epitácio Pessoa e o ministro de Estado da Guerra, João Pandiá Calógeras, o Decreto nº 14.784, sobre o *Regulamento de Instrução Physica Militar*, destinado ao Exército, baseado no *Projet de Règlement Général d'Éducation Physique*.

Em 10 de janeiro de 1922, o ministro da Guerra criou o Centro Militar de Educação Physica (C.M.E.P.), anexo à Escola de Sargentos de Infantaria (E.S.I.), destinado a dirigir, coordenar e difundir o Método Francês de Educação Física e suas aplicações desportivas.

O Centro Militar de Educação Physica não ministrou nenhum curso específico até o ano de 1929, devido à necessidade de especialização de seus instrutores e às instabilidades políticas que o país enfrentava naquela década. Entretanto, os formandos da E.S.I. recebiam também um diploma de monitor de Educação Física.

No sentido de formação e aperfeiçoamento de quadros especializados para o C.M.E.P. o tenente Ilídio Colônia, instrutor de infantaria da Escola Militar, foi enviado a um curso na Escola Joinville-Le-Pont, na França. De volta ao Brasil, dirigindo a instrução da Escola Militar, conseguiu monitores para sua empreitada, junto aos alunos do terceiro ano. (Grunennvaldt, 2006)

No ano de 1926, o capitão João Barbosa Leite e o tenente Jair Dantas Ribeiro, instrutores na Escola de Sargentos de Infantaria, publicaram o *Manual de Instrução Physica*, inspirado no regulamento francês.

Na França, em 1927, o *Projet de Règlement Général d'Éducation Physique* foi substituído pelo *Règlement Général d'Éducation Physique (Méthode Française)*.

Segundo CASTRO (2012), o relatório do chefe da Missão Militar Francesa referente ao ano de 1928, general Spire, ao comentar a situação da Educação Física nas escolas do Exército (Militar, de Sargentos, de Cavalaria e de Aviação), informava que, apesar de nelas ser desenvolvido um trabalho intenso e de muito boa vontade, faltavam os meios práticos e a aplicação de um método firme, referência óbvia ao Método Francês. Esta deficiência seria, segundo o chefe da Missão, suprida, em breve, pela adoção do novo regulamento de Educação Física francês, que se encontrava em fase final de tradução para o português:

A situação encontrada foi a da instrução ministrada pelo Manual de Educação Física.

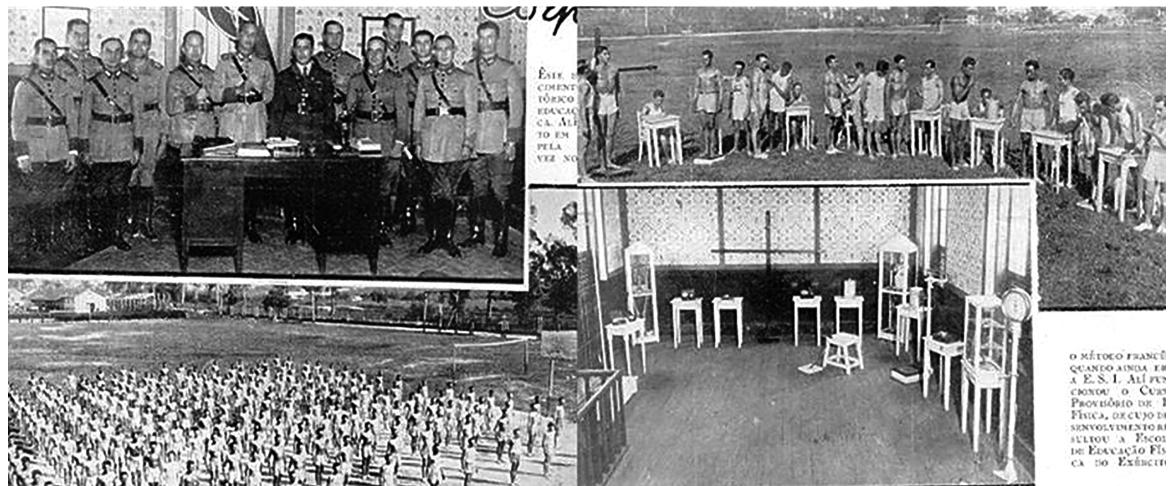


Figura 4 – A Escola de Sargentos de Infantaria e o CMEF, Vila Militar  
Fonte: Revista de Educação Física nº 19, Escola de Educação Física do Exército

sica, edição provisória, em grande parte oriunda do regulamento provisório francês, de 1921, já ultrapassado pelo novo regulamento de 1928.

Na Escola Militar, a Educação Física estava na moda, mas era levada a cabo sem um plano adequado, com falta de material e sem terreno apropriado.

Na Escola de Sargentos, a situação era melhor. A prática da Educação Física era diária, o material escasso, o terreno bom, mas a instrução comportava erros doutrinários graves. (MALAN, 1988, p 139)

Com a renovação do contrato, em 1928, a Missão Militar Francesa passou a contar, entre seus integrantes, com um oficial encarregado exclusivamente de dirigir a instrução de Educação Física. Escolhido entre os instrutores da Escola de Joinville, o comandante (major) Pièrre Ségur ficou encarregado de ministrar a Educação Física na Escola Militar do Realengo e passou a orientá-la nos demais Estabelecimentos de Ensino.

No início de 1929, por iniciativa do mi-

nistro da Guerra, general Nestor Sezefredo Passos, publicou-se um anteprojeto de lei, elaborado por uma Comissão de Educação Física sob sua presidência, que tornava a Educação Física obrigatória em todos os estabelecimentos de ensino. Logo em seguida, assinou portaria em 11 de janeiro de 1930, organizando o Centro Militar de Educação Física (CMEF), criado em 1922, mas ainda não efetivado. Esse Centro deveria adotar o método expresso no Regulamento Geral de Educação Física, ou seja, o Método Francês.

Ainda em 1929, o Centro Militar de Educação Física promoveu um Curso Provisório, na Escola de Sargentos de Infantaria (Vila Militar, Rio de Janeiro), sob a orientação técnica do 1º Ten Inácio de Freitas Rolim, recém-egresso da Escola de Joinville. O curso, que teve a duração de um ano letivo, formou, além de militares (10 oficiais e 28 sargentos), 20 professores civis, estes por solicitação do diretor da Instrução Pública do Distrito Federal, Fernando de Azevedo, que foram lecionar em escolas públicas, principalmente, na

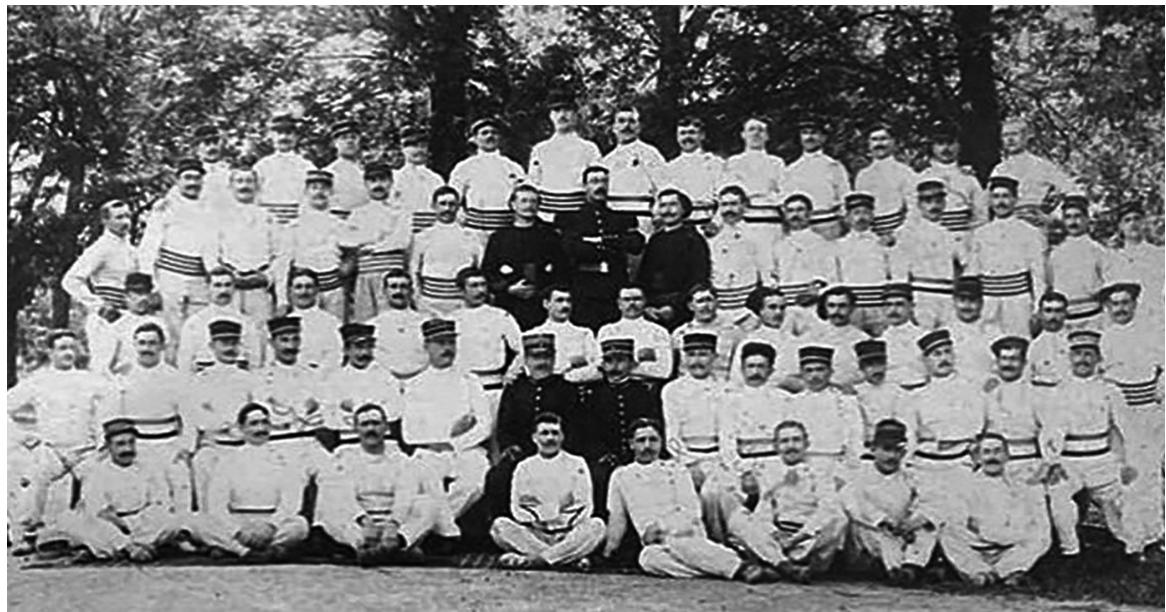


Figura 5 – Corpo de instrutores da Escola de Joinville-le-Pont  
Fonte: [//la-rose-couverte.over-blog.com](http://la-rose-couverte.over-blog.com) (L'École Militaire de Joinville)

Escola Normal. Este curso foi reconhecido e marca o início da formação profissional superior em Educação Física no Brasil.

### **A transferência do CMEF para a Fortaleza de São João e o início dos cursos regulares de Instrutor de Educação Física, Monitor de Educação Física e Medicina especializada, nos moldes da Escola de Joinville-Le-Pont**

As instalações da ESI dificultavam, em parte, as atividades do CMEF, particularmente na parte náutica. Com a necessidade de organização e reestruturação do Centro, foram considerados outros locais mais adequados, como a Ilha de Paquetá, a Ilha do Governador e a Fortaleza de São João. Esta última foi a escolhida e, em 1930, o Centro ocupou, provisoriamente, suas dependências, até que possuísse uma instalação pró-

pria. Com o apoio da Intendência da Guerra, foi construído um galpão na parte baixa da Fortaleza, próximo ao sopé do Pão de Açúcar, onde, finalmente, o CMEF iniciou suas atividades.

Em novembro de 1930, o Governo Provisório de Getúlio Vargas criou o Ministério da Educação e Saúde Pública (MES). Em 1931, o ministro Francisco Campos reformou o ensino secundário, tornando obrigatórios os exercícios de Educação Física em todas as classes (Decreto nº 19.890, de 18/4) e, pouco depois, ignorando os apelos da Associação Brasileira de Educação, mandou adotar as normas e diretrizes do Centro Militar de Educação Física (Portaria n. 70, de 30/6), o que implicou, mais uma vez, a adoção do Método Francês, agora oficializado em todo o país.

### **Aspectos da doutrina e ensinamentos introduzidos na EsEFEx pela Missão**

## Militar Francesa no Brasil

A adoção do Método Francês de treinamento físico, suas concepções fisiológicas e a pedagogia aplicada são os aspectos mais relevantes na elaboração da doutrina de preparação física do Exército, difundido nos cursos ministrados no CMEF/EsEFEx. Assuntos importantes, como a necessidade de adaptação gradual e progressiva do treinamento físico para os recrutas, a avaliação inicial e a divisão da tropa por grupamentos, bem como a disciplina militar, são características marcantes do Método Francês.

Em 1932, foi oficialmente aprovado o *Regulamento de Educação Física do Exército* (Decreto nº 21.324, de 27/4), uma tradução do *Règlement* francês de 1927, Método Francês, que apenas oficializava uma realidade já existente (CASTRO, 2012).

A concepção da “Lição” de Treinamento Fí-

sico Militar, dividida em:

**Sessão Preparatória** (evoluções e flexionamentos: braços, pernas, tronco, combinados etc.)

**Lição Propriamente Dita** (sete famílias de exercícios:)

- 1 – Marchar;
- 2 – Trepar, escalar, equilibrar;
- 3 – Saltar;
- 4 – Levantar, transportar;
- 5 – Correr;
- 6 – Lançar;
- 7 – Atacar e defender-se

### Volta à calma

- Marcha lenta com exercícios respiratórios;
- Marcha com canto ou assobio; ou
- Alguns exercícios de ordem, curtos e variados, mas energicamente comandados.

Em 1933, o Centro Militar de Educação Física foi transformado em Escola de Educação Física do Exército (EsEFEx), subordinada diretamente ao Estado-Maior do Exército (De-



Figura 6 – Primeira turma de militares especializados, Curso Provisório de Educação Física, 1929

Fonte: O Jornal, 1º de janeiro de 1930, acervo da Biblioteca Nacional



Figura 7 – Galpão do CMEF na esplanada baixa da Fortaleza de São João, 1930

Fonte: acervo do Museu do Desporto do Exército



Figura 8 – Lição de Educação Física com o Corpo de Alunos do CMEF, 1931  
Fonte: acervo do Museu do Desporto do Exército

creto nº 25.252, de 19/10/33). Seus currículos foram expandidos, e o seu novo regulamento atribuiu-lhe a grande missão de aperfeiçoar o método no Exército e no país, tornando-se referência nacional, até os dias atuais.

Ao ser indicado para o Departamento de Educação Física (DEF) do Ministério da Educação e Saúde, o major João Barbosa Leite, no primeiro contato que teve com o ministro Capanema, sugeriu a adoção de várias medidas, destacando-se um entendimento com o Ministério da Guerra para obter a ampliação das vagas para civis no curso da EsEFEx, de modo a formar, em curto prazo, o maior número possível de professores de Educação Física para as escolas estaduais e municipais, com o objetivo de “uniformizar o método em todo o país”.

Nesse sentido, por intermédio de um convênio, o DEF fez funcionar, em 1938, na EsEFEx, um Curso de Emergência, que habilitou 165 professores de Educação Física e 78 médicos especializados, entre os quais os que viriam a formar o Corpo Docente da futura Escola Nacional de Educação Física e Desportos (ENEFD), da Universidade do Brasil, atual UFRJ. Inaugurada em 1939, teve como seu primeiro diretor o major Ignácio de Freitas Rolim.

O comandante da EsEFEx afirmou, em novembro de 1941, que os alunos civis formados pela Escola,

além da preparação técnica especializada, adquirem no seu estágio no Exército uma formação cívico-moral, que os coloca em situação vantajosa para agir sobre as coleti-

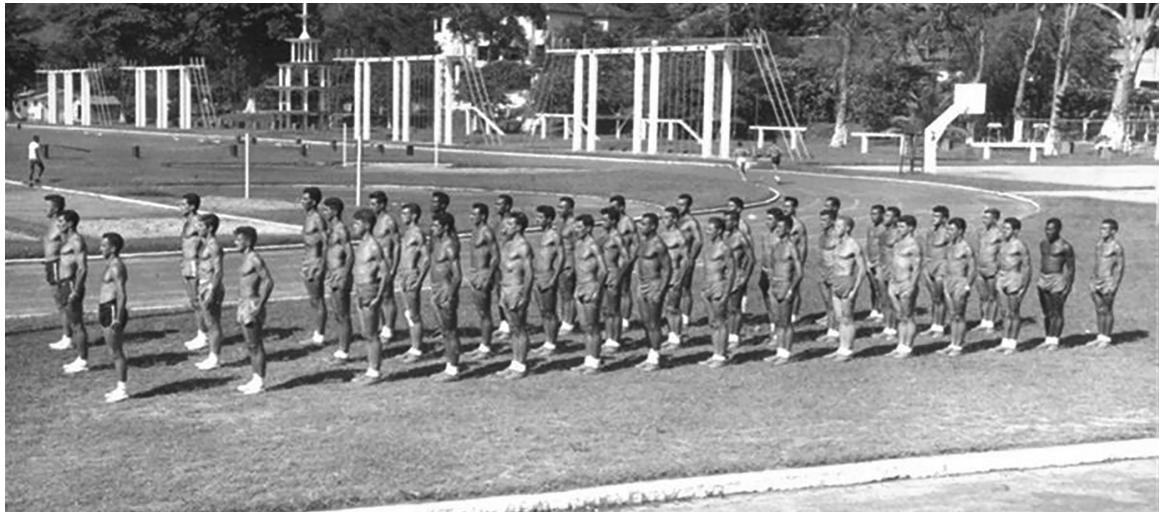


Figura 9 – Turma do Curso de Monitores da EsEFEx  
Fonte: acervo do Museu do Desporto do Exército

vidades, incutindo-lhes o espírito de ordem e disciplina.

### **Atividades desenvolvidas pela Missão Militar Francesa no Brasil, na orientação do Treinamento Físico Militar e na formação de quadros especializados**

Além dos regulamentos iniciais e da atividade, a partir de 1928, diretamente na

Escola Militar e no CMEF/ESEFEx, sob orientação do Maj Pierre Ségur, outro fator da maior relevância foram os cursos e estágios realizados em Joinville-le-Pont pelos nossos militares. Entre eles, o Ten Jayr Jordão Ramos, que seguiu para a França, com autorização do ministro de Estado e dos Negócios da Guerra, regressando em 1936. Mais tarde, viria a produzir uma das maiores bibliografias nacionais sobre a Educação Física e o Treinamento Físico Militar, com destaque para os seguintes artigos:

- *Combate a baioneta e luta corporal, da Escola de Joinville-Le-Pont*, informando as novas técnicas de utilização da arma no combate corpo a corpo, nos corpos de tropa franceses;
- *Organização de uma Pista de Obstáculos*;
- *Impressões sobre o Ensino da Escola de Joinville-Le-Pont*, onde relata como se processa o ensino na Escola,



Figura 10 – O Ten Ignácio de Freitas Rolim e alunos do CMEF, 1932  
Fonte: acervo do Museu do Desporto do Exército

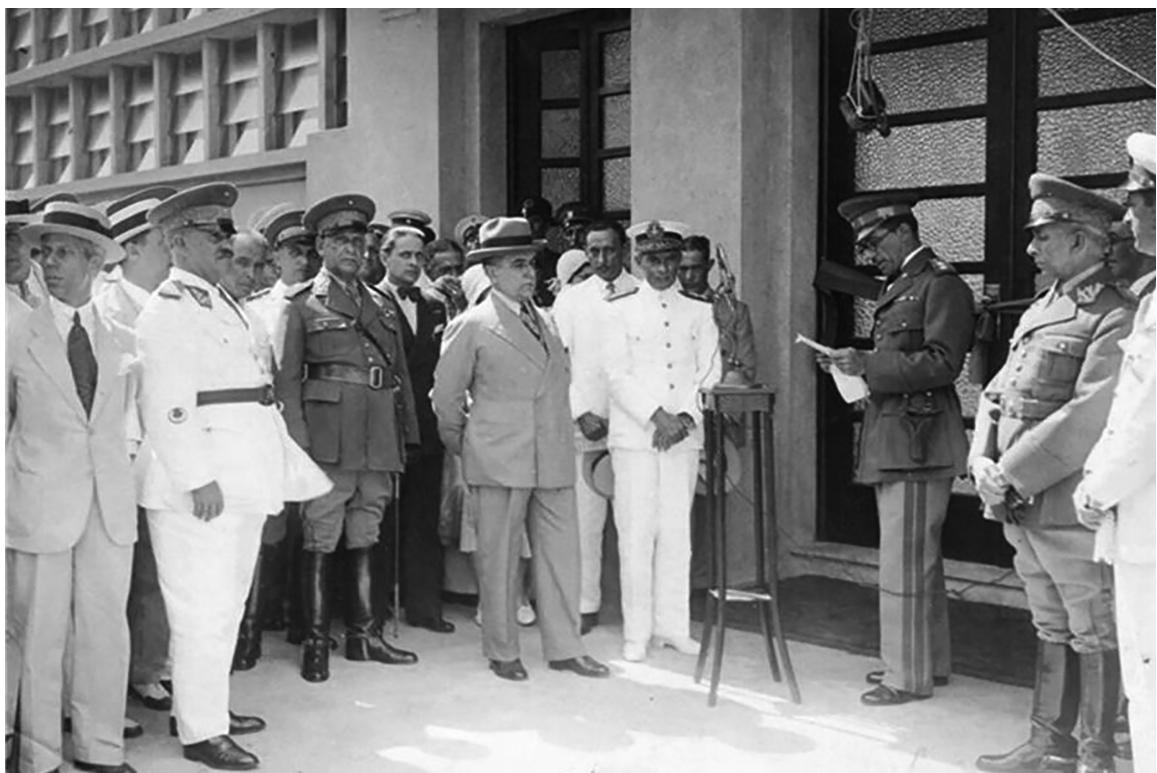


Figura 11 – Inauguração do Ginásio Leite de Castro, 1932  
Fonte: acervo do Museu do Desporto do Exército

os diversos cursos oferecidos, os tipos de ensino e verificação do aproveitamento. Um fator importante, explorado nesse artigo, foi o enaltecimento do curso de especialização para os médicos e o alerta de que, entre nós, seria de grande vantagem a realização de estágios semelhantes, para que oficiais médicos, recém-saídos da Escola de Saúde, pudessem adquirir os conhecimentos necessários, por meio de uma documentação teórico-prática, tornando-se, assim, aptos a controlar o ensino da Educação Física sob a óptica biológica.

### **Considerações finais – o Legado que a Missão Militar Francesa no Brasil deixou na EsEFEx, no Exército Brasileiro e na sociedade**

Conforme CASTRO (2012), a introdução da Educação Física de forma sistemática no Brasil esteve intimamente relacionada à experiência francesa nessa área, tendo os militares brasileiros desempenhado um papel semelhante ao dos militares na França.

A hegemonia militar na área da Educação Física, durante o Estado Novo, foi inquestionável. Grande parte dos professores era militar; outros, civis formados pelos militares, na Escola de Educação Física do Exército

(EsEFEx) ou em cursos especiais ministra-  
dos em diversos estados. (CASTRO, 2012)

A regulamentação provisória e poste-  
riormente definitiva, modificada com a ade-  
quaçāo à realidade nacional, além da adoção  
de outros métodos, influências e da evolução  
global da Educação Física, do Desporto e do  
Treinamento Físico Militar, manteve a base  
doutrinária do Método Francês, que pode ser  
observada nos dias atuais, nos regulamentos e  
cadernos de instrução, com ênfase no planeja-  
mento, execução/condução da atividade e na  
sua avaliação.

A construção do Ginásio Leite de Cas-  
tro, em 1932, e dos estádios com pórticos e tor-  
res de escalada serviu de modelo para outros  
quartéis, estabelecimentos de ensino e centros  
desportivos militares e civis em todo o país.

O início das publicações especializadas,  
com destaque para  
o livro *Histórico da  
Educação Física* (1931)  
e a *Revista de Edu-  
cação Física* (1932),  
primeiro periódico  
nacional, marcou a  
preocupação com a  
difusão do conhecimen-  
to e o estímulo  
à pesquisa científica  
para o aperfeiçoamen-

to da metodologia e dos métodos preconiza-  
dos na França, tão importantes para o alicerce  
teórico-prático que referenciou o desenvolvi-  
mento da atividade física orientada, metódica  
e racional no Brasil.

Atualmente, a Escola de Educação Física  
do Exército está subordinada ao o Centro  
de Capacitação Física do Exército e Fortaleza  
de São João (CCFEx e FSJ), órgão de apoio  
do Departamento de Educação e Cultura do  
Exército, responsável por coordenar, controlar,  
supervisionar e promover as atividades de  
ensino, pesquisa e desporto, nas áreas da Ca-  
pacitação Física e da Equitação, para atender  
às necessidades do Exército Brasileiro.

Mantendo as tradições do CMEF  
(1922), sua organização militar formadora a  
partir da Missão Militar Francesa no Brasil,  
o CCFEx recebeu a denominação histórica de

“Centro Marechal  
Newton de Andrade  
de Cavalcanti”, pre-  
cursor da Educação  
Física no Exército,  
e tem como data de  
aniversário o dia 11  
de janeiro de 1930,  
quando foi transfe-  
rido para a Fortale-  
za de São João. 



Figura 12 – Gen Ex Newton de Andrade Cavalcanti  
Fonte: [www.bdaamv.eb.mil.br](http://www.bdaamv.eb.mil.br) (antigos comandantes)



Figura 13 – Vista aérea do Centro de Capacitação Física do Exército, Fortaleza de São João e da EsEFEx  
Fonte: acervo pessoal

---

## Referências

CASTRO, Celso. **Exército e Nação:** estudos sobre a História do Exército Brasileiro. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2012.

FIGUEIREDO, Priscilla Kelly. **A História da Educação Física e os primeiros cursos de formação superior no Brasil: o estabelecimento de uma disciplina (1929-1958).** Tese de Doutorado. Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte: UFMG, 2016.

GRUNENVALDT, José Tarcísio. **Os militares e a construção das condições para criação de escolas para formação de profissionais de educação física:** um caso de revolução passiva. Universidade Católica de Goiás. Goiânia: IV Congresso Brasileiro de História da Educação, 2006.

MALAN, Alfredo Souto. **Missão Militar Francesa de instrução junto ao Exército Brasileiro. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército,** 1988.

MARINHO, Inezil Penna. **Contribuição para a História da Educação Física no Brasil: Brasil Colônia, Brasil Império, Brasil República.** Acervo Histórico Biblioteca Edgar Sperb ESEF/CEME/UFRGS. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1943.

BRASIL, **Relatório do Ministério da Guerra.** Anexo B, p. 4-7. Rio de Janeiro: 1922.

MARTINS PINTO, Martinho. **Treino Físico no Aprontamento para uma FND (Força Nacional Destacada).** Relatório Científico Final do Trabalho de Investigação Aplicada. Lisboa: Academia Militar, 2013.

WEHLING, Arno; WEHLING, Maria José. **Exército, milícias e ordenanças na Corte Joanina:** permanências e modificações. Revista Da Cultura ANO VIII / Nº 14 p. 26-32. Brasília: FUNCEB, 2008.

NÓBREGA, Luiz Fernando Medeiros; SECCO, Mauro B. G. **Evolução da Educação Física no Exército Brasileiro.** Navigator: subsídios para a história marítima do Brasil. V. 12, nº 23, p. 91-101. Rio de Janeiro: DPHDM , 2016.

SOEIRO, Renato Souza Pinto. **Contribuição da Escola de Educação Física do Exército para o Esporte Nacional:** 1933 a 2000. Dissertação. Mestrado em Ciência da Motricidade Humana. Universidade Castelo Branco. Rio de Janeiro: UCB, 2003.

N. da R.: A adequação do texto e das referências às prescrições da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) é de exclusiva responsabilidade dos articulistas.